

AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E A PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES EMANCIPADORAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DESDE O BANCO DE DADOS DATALUTA

Aline Albuquerque Jorge ¹

Camila Ferracini Origuela ²

Brendon Bessa Lima ³

Joana Tereza Vaz de Moura ⁴

RESUMO

Este texto tem como finalidade examinar as ações protagonizadas pelos movimentos socioterritoriais agrários relacionadas à produção de territorialidades emancipadoras nos territórios camponeses, no ano de 2024. Utilizamos as informações registradas no Banco de Dados DATALUTA, construído a partir da pesquisa “Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada”. A análise dos dados é realizada em conjunto com o debate e as reflexões acerca da produção de territorialidades nos territórios de reforma agrária. Mostramos que os movimentos socioterritoriais buscam construir territorialidades emancipadoras através de ações como eventos, feiras, festividades culturais, reuniões com gestores, entrevistas, cartas abertas, passeatas e doações de alimentos. Todas essas ações refletem o modo de viver, saber e fazer camponês e objetivam, em última instância, promover a justiça social, a autonomia, a autodeterminação e a resistência frente aos processos de dominação.

Palavras-chave: Territórios camponeses, Rede DATALUTA, Resistência, Reforma agrária, Ação coletiva.

Actions of socio-territorial movements and the production of emancipatory territorialities in Brazil: an analysis from the DATALUTA database

ABSTRACT

The main objective of this text is to examine the actions carried out by agrarian socio-territorial movements related to the production of emancipatory territorialities in peasant territories in the year of 2024. We used the information recorded in the DATALUTA Database, built from the research “Socio-territorial Movements in Comparative Perspective”. The analysis of the data is carried out together with the debate and

¹ Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e pós doutoranda na Universidade de Brasília (UnB).

² Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) Campus Passos, camila.origuela@ifsuldeminas.edu.br;

³ Doutorando e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), brendon.bessa@aluno.uece.br;

⁴ Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), joanateresa@gmail.com;

the reflections on the production of territorialities in agrarian reform territories. We show that the socio-territorial movements seek to build their emancipatory territorialities through actions such as events, fairs, cultural festivities, meetings with managers, interviews, open letters, marches and food donations. All of these actions reflect the peasant way of living, knowing and doing and ultimately seek to promote social justice, autonomy, self-determination and resistance to processes of domination.

Keywords: Peasant territories, DATALUTA Network, Resistance, Agrarian reform, Collective action.

Acciones de los movimientos socioterritoriales y producción de territorialidades emancipadoras en Brasil: un análisis a partir de la base de datos DATALUTA

RESUMEN

El objetivo principal de este texto es examinar las acciones llevadas a cabo por los movimientos socioterritoriales agrarios en relación con la producción de territorialidades emancipadoras en territorios campesinos, en el año 2024. Utilizamos la información registrada en la base de datos DATALUTA, construida a partir de la investigación “Movimientos Socioterritoriales en Perspectiva Comparada”. Los datos se analizan en relación con el debate y las reflexiones sobre la producción de territorialidades en los territorios de la reforma agraria. Mostramos que los movimientos socioterritoriales buscan construir sus territorialidades a través de acciones como eventos, ferias, festividades culturales, reuniones con gestores, entrevistas, cartas abiertas, marchas y donaciones de alimentos. Todas estas acciones reflejan la forma de vivir, saber y hacer campesina y, en última instancia, pretenden promover la justicia social, la autonomía, la autodeterminación y la resistencia a los procesos de dominación.

Palabras clave: Territorios campesinos, Red DATALUTA, Resistencia, Reforma agraria, Acción colectiva.

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em uma nota conceitual com base empírica, produzida no âmbito da pesquisa “Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada”, desenvolvida pela Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (Rede DATALUTA). Esta pesquisa tem como objetivo mapear e analisar as ações realizadas e sofridas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais em todo Brasil e construir o Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA), a partir do trabalho coletivo e colaborativo de diversos pesquisadores(as), vinculados a diferentes grupos de pesquisa e instituições.

A sistematização é efetuada com base no registro de notícias, buscadas através do *Google Alerts*, oriundas de fontes corporativas, governamentais e populares. Para esta nota, examinamos as ações efetuadas pelos movimentos vinculados ao espaço agrário, referentes ao ano de 2024. Dentre o conjunto de ações registradas, procuramos analisar quais delas estão relacionadas à produção de territorialidades emancipadoras nos territórios camponeses (Jorge, 2024).

A produção de territorialidades emancipadoras em territórios camponeses tem sido objeto de vários estudos desenvolvidos na Rede DATALUTA, resultando em artigos, capítulos de livros, teses, entre outros (Roos, 2015; Origuela, 2019; Jorge, 2024). Esses estudos partem de uma concepção ampla do conceito de território, compreendendo-o como uma produção social, desde a apropriação do espaço, demarcada por relações de poder, intencionalidades e conflitualidades. Enquanto produção social, o território é diverso, sendo que diferentes territórios são formados a partir de distintas intencionalidades, relações sociais e de poder. Sendo assim, consideramos que os territórios camponeses são um tipo de território, que é diferente, por exemplo, dos territórios da agricultura capitalista (agronegócio). Isso, por um lado, indica que para se desenvolverem esses territórios precisam de políticas e projetos políticos distintos. Por outro, revela que existe uma permanente conflitualidade entre eles.

Os territórios camponeses, muitas vezes, são produzidos a partir dos processos de luta dos movimentos socioterritoriais, que desdobram nos assentamentos de reforma agrária que, em vários casos, são resultados da desterritorialização do latifúndio e do capital. A conquista do território não encerra a luta camponesa. Os assentamentos são demarcados por uma constante luta em busca de condições de permanência na terra, de reprodução social. Esse processo está fortemente relacionado à produção de territorialidades, isto é, às formas de uso do território, às ações exercidas para gerir o espaço de existência.

Em um mesmo território podem se desenvolver (pluri)(multi)territorialidades, as quais podem ser de caráter subalterno ou emancipador em relação às amarras do capital (Origuela, 2019). Consideramos como territorialidades emancipadoras aquelas relacionadas às ações dos movimentos que tem como objetivo promover a justiça social, a autonomia, a autodeterminação e a resistência frente a processos de dominação.

Nos estudos realizados, identificamos como tipos de territorialidade emancipadora as práticas agroecológicas, a produção de alimentos para autoconsumo, a educação do campo, a

associação/cooperação camponesa, a agroindustrialização camponesa e os mercados camponeses (Jorge, 2024). Além desses, entendemos que as práticas tradicionais/populares de saúde e o desenvolvimento camponês de tecnologias socioterritoriais também podem ser consideradas como formas de uso emancipador do território (Sansolo et al., 2021; Lima; Fernandes, 2023).

As ações dos movimentos são elementos que influenciam nos tipos de territorialidades produzidas e, consecutivamente, nos níveis de subalternização e emancipação camponesa. Essas dinâmicas envolvem relações de poder e disputas que compreendem a multidimensionalidade e a multiescalaridade do território, refletindo na construção de modelos de desenvolvimento, processos de formação, proposição e reivindicação de políticas públicas para a agricultura camponesa, entre outros pontos.

Desse modo, neste trabalho, associamos as informações registradas no DATALUTA ao debate e reflexões que temos construído em nossas pesquisas e na Rede DATALUTA referentes às territorialidades produzidas nos territórios de reforma agrária. Analisamos, em escala nacional, os tipos e a forma como as ações realizadas pelos movimentos socioterritoriais agrários contribuem para a produção de territorialidades emancipadoras. Para isso, temos como principal interesse as ações relacionadas a: a) produção e comercialização de alimentos saudáveis e agroecológicos; b) encontros e eventos marcados pelos debates da agroecologia, soberania alimentar, educação do campo e saúde coletiva; c) arrecadação de recursos ou execução de serviços, como as doações de alimentos; e d) ocupações de espaços públicos com vistas a promoção de práticas sustentáveis.

O texto se divide em quatro partes, além desta introdução. Na primeira, apresentamos a metodologia de pesquisa, utilizada pela Rede DATALUTA, para coletar e sistematizar as ações dos movimentos; na segunda, discutimos o embasamento teórico essencial para pensar os territórios camponeses, as territorialidades, a emancipação, entre outros elementos; na terceira, analisamos o contexto político e as ações dos movimentos socioterritoriais agrários, em 2024, que potencialmente podem produzir territorialidades emancipadoras; por fim, trazemos as considerações finais.

METODOLOGIA

As discussões apresentadas nesta nota conceitual são derivadas de pesquisa bibliográfica e, sobretudo, da análise das ações dos movimentos socioterritoriais, registradas no DATALUTA. A

metodologia do banco de dados consiste na sistematização de notícias, buscadas através do cadastro de palavras-chave no *Google Alerts*. No processo de sistematização, identificamos e registramos, através do *Jotform*⁵, informações como a fonte da notícia, a data e a espacialidade da ação, as instituições, os movimentos envolvidos e relações com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

As informações relacionadas às ações dos movimentos passam pelo processo de categorização. Dessa forma, enquanto tipos de ações matrizes consideramos: Arrecadação de Recursos ou Execução de Serviços; Festividades, Ritos e Lazer; Comercialização; Deslocamento Coletivo; Evento; Ocupação; Produção etc. Cada um desses tipos de ações matrizes contém um ou mais tipos de ações derivadas. A categoria matriz Evento, por exemplo, é constituída pelas ações derivadas Assembleia, Campanha, Encontro, Formação, Fórum, Jornada de Lutas e Premiação. Atualmente contamos com 11 ações matrizes e 43 ações derivadas, conforme pode ser observado no Quadro 01.

Quadro 01: Ações matrizes e derivadas DATALUTA Agrário 2024

AÇÕES MATRIZES	AÇÕES DERIVADAS
Arrecadação de recursos ou execução de serviços	Arrecadação de dinheiro; Assistência técnica rural; Conquista de infraestrutura; Criação de tecnologias socioterritoriais; Doação de alimentos; Doação de produtos; Mutirão; Reflorestamento.
Festividades, ritos e lazer	Festividades culturais; Turismo da reforma agrária.
Comercialização	Circuitos curtos de comercialização; Mercados institucionais.
Comunicativa	Carta aberta; Entrevista concedida; Documento de formação e informação dos movimentos; Nota de denúncia; Nota de repúdio; Nota de pesar; Ofício.
Deslocamento coletivo	Marcha; Passeata.
Encontro de mediação	Audiência pública; Reunião.
Eventos	Assembleia/Plenária; Campanha; Comitê popular; Encontro; Fórum; Jornada de lutas; Premiação.

⁵ O *Jotform* é uma ferramenta que permite a criação de formulários online, sendo utilizada no registro e sistematização de informações no Banco de Dados DATALUTA.

Interseccionalidade institucional	Projetos temáticos; Ocupação de cargos públicos ou candidaturas; Organização de audiência pública; Participação em audiência pública.
Judicialização	Audiência; Conquista judicial; Demanda judicial; Derrota judicial; Direito de consulta popular; Orientação jurídica popular; Violência jurídica.
Ocupação	Ocupação de canteiro de obras; Ocupação de espaço público; Ocupação de linha férrea; Ocupação de prédio privado; Ocupação de prédio público; Ocupação de terra; Vigília; Tentativa de ocupação de terra; Retomada.
Produção	Produção de alimentos saudáveis.

Fonte: Moura e Lima (2025).

Além disso, também procuramos identificar as pautas as quais estas ações estão relacionadas. Dentre elas, temos como exemplo a luta pela terra; a agroecologia; as políticas públicas; as mudanças climáticas; a soberania alimentar; as tecnologias socioterritoriais; a agricultura familiar camponesa; a luta feminista; a reforma agrária; entre outros.

A interpretação do conjunto de pautas, tipos de ações matrizes e derivadas foi fundamental para as reflexões apresentadas neste trabalho. Compreendemos que as categorias e ações analisadas estão relacionadas a produção de territorialidades emancipadoras, desde a multidimensionalidade do território. Em outras palavras, indicam que os movimentos, em seus processos de luta na terra, constroem estratégias que visam maiores níveis de autonomia, soberania e, consecutivamente, emancipação, não apenas a partir da perspectiva econômica, mas considerando todas as dimensões do território, assim como abordaremos, especialmente, na terceira parte deste trabalho.

Como uma limitação metodológica, explicitamos a dependência de fontes jornalísticas, portanto, muitas vezes acontece a subnotificação das ações dos movimentos, especialmente aqueles menos conhecidos. Além disso, notamos também uma desigualdade regional de cobertura, que dificulta a compreensão das ações de movimentos localizados que não estão conectados às mídias tradicionais. Apesar dessas questões, entendemos que a pesquisa mostra dados importantes sobre as ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais no Brasil.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE COMO INSTRUMENTOS PARA A EMANCIPAÇÃO E O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

Segundo Haesbaert (2007), as significações de territorialidade variam de acordo com as significações de território, sendo a relação entre esses dois conceitos trabalhada tanto de forma separada quanto relacional. Como afirmamos, partimos de uma concepção ampla de território, compreendendo-o como uma produção social a partir do espaço, quer dizer, como espaço apropriado, territorializado e demarcado por relações de poder. Conforme assevera Raffestin (1993, p. 114), “o espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si”.

As relações de poder, inerentes ao território, são dissimétricas e carregadas de intencionalidade. Ademais, elas não partem apenas do Estado, enquanto espaço de governança (países, estados e municípios), mas sim de todos os sujeitos e grupos sociais, o que reflete na existência de diferentes tipos de território imateriais e materiais, fixos e fluxos, individuais e coletivos, pertencentes a pessoas e a instituições, contínuos e descontínuos (Fernandes, 2008; 2009).

A multiescalaridade é uma propriedade do território. Isso significa que ele está organizado em diversas escalas, que vão do global ao local. Na realidade, essas distintas escalas estão interligadas e, como explica Fernandes (2008, p. 280), elas podem ser representadas “[...] como camadas sobrepostas (*layers*), em que uma ação política tem desdobramento em vários níveis ou escalas: local, regional, nacional, internacional”. Independentemente da escala, cada território é sempre uma totalidade, diferenciada conforme as relações sociais. Além disso, o território é sempre multidimensional, sendo que as dimensões (política, econômica, social, ambiental e cultural) que o constituem também estão todas interligadas.

A territorialização, desterritorialização e reterritorialização são processos territoriais que exprimem a conflitualidade e a criação/expansão, destruição/refluxo e reconstrução de territórios sobre novas bases (Haesbaert, 2004; Fernandes, 2005). As territorialidades são produzidas nessas dinâmicas territoriais. Para Raffestin (1993), elas são o modo pelo qual as sociedades satisfazem suas necessidades, a partir de relações simétricas ou dissimétricas. Assim, elas refletem “[...] a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (Raffestin, 1993, p. 158).

De acordo com Saquet (2009), as territorialidades são multidimensionais, multiescalares e fazem parte da vida na natureza e na sociedade, se efetivando nas relações sociais entre os sujeitos e entre eles e seus territórios. As territorialidades são essenciais para a organização da vida em sociedade e para a produção das identidades. Dessa forma, assim como aponta Haesbaert (2004; 2007), a territorialidade está relacionada ao modo de uso da terra, a organização do espaço e significação do lugar. Portanto, em síntese, refere-se às ações exercidas individual ou coletivamente para gerir o espaço de existência, às formas de uso do território, que só podem ser produzidas através das relações sociais, realizadas pelos sujeitos (Roos, 2015; Jorge, 2024).

Em um mesmo território é possível existir múltiplas territorialidades, que podem tanto coexistir, implicando em pluriterritorialidades, quanto serem desenvolvidas em períodos diferentes, desdobrando em multiterritorialidades (Origuela, 2019). Assim como os territórios, as territorialidades estão em permanente movimento/transformação, segundo as relações de poder e conflitualidades que se manifestam em todas as dimensões e escalas do território imaterial e material.

Partimos da perspectiva que nos territórios camponeses, como os assentamentos de reforma agrária, podem existir tanto territorialidades subalternas, quanto emancipadoras, inclusive, simultaneamente. Isso porque, contraditoriamente, nesses territórios não são produzidas apenas relações sociais camponesas, mas também, relações sociais típicas da agricultura capitalista. Essa é uma questão que evidencia que a conquista do território não encerra a luta camponesa, muito menos a conflitualidade. Ao contrário disso, inicia-se uma nova etapa de luta, a luta na terra, que está diretamente relacionada às formas de uso do território, e tem dentre seus elementos estruturantes os protagonismos e ações dos movimentos.

Nesse sentido, compreendemos como territorialidades subalternas aquelas produzidas a partir de relações sociais típicas da agricultura capitalista. Em outras palavras, referem-se ao uso do território camponês pelo capital. Consideramos a inserção dos camponeses no sistema produtivo e padrão tecnológico do agronegócio, os contratos de integração junto às agroindústrias e o arrendamento como tipos de territorialidades subalternas (Jorge, 2024). Isso porque são formas de uso do território que partem de uma lógica divergente da lógica de (re)produção camponesa, sendo que para o capital, a inserção/integração desses sujeitos só é possível de modo parcial e subalterno (Roos, 2015; Origuela, 2019; Jorge, 2024).

Por outro lado, definimos como territorialidades emancipadoras as formas de uso do território alinhadas ao modo de viver, saber e fazer camponês, que tem como objetivo escapar das amarras do capital e das relações de dependência, com base, por exemplo, nas disputas e reivindicações por políticas públicas, na criação de sistemas e tecnologias produtivas contra-hegemônicas, alinhadas às realidades e necessidades dos sujeitos, desde seus territórios (Roos, 2015; Origuela, 2019; Jorge, 2024).

As territorialidades emancipadoras visam proporcionar aos camponeses maiores níveis de autonomia e soberania. Entendemos que autonomia não é sinônimo de autarquia ou isolamento. Trata-se de uma questão relativa e variável, associada à capacidade das comunidades e movimentos de auto-organização, de interferência na realidade, de construção de novos modelos de desenvolvimento, entre outros elementos (Ploeg; Schneider, 2022). Já a soberania, nesse contexto, está relacionada ao poder de decisão dos sujeitos sobre os territórios. Consideramos que a autonomia e a soberania constituem as bases da emancipação (Jorge, 2024).

A subalternização e a emancipação não são condições fixas, imutáveis, tendo em vista que assim como os territórios, as territorialidades estão sempre em movimento. Além disso, para os camponeses a posse do território é um trunfo, que sempre garante a possibilidade de transformação e superação da subalternização. Portanto, para esses sujeitos o território e a territorialidade são instrumentos que corroboram para a emancipação.

Diversos elementos, sujeitos e instituições influenciam diretamente sobre as territorialidades e territórios camponeses. No centro da discussão referente aos territórios camponeses e a produção de territorialidades está o papel dos movimentos socioterritoriais. Os trabalhos de Fernandes (2005), Pedon (2009) e Sobreiro Filho (2016) são marcos teóricos importantes para essa discussão. Esses autores desenvolvem a ideia e a conceitualização do que são os movimentos socioterritoriais. A importância dessa abordagem está relacionada à necessidade de propor uma teoria geográfica que compreenda os movimentos como produtos e produtores de territórios (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023).

Fernandes (2005) insere a ideia de que os movimentos socioterritoriais são marcados pela necessidade e pelo uso do território enquanto trunfo, isto é, enquanto objeto final e meio estratégico de lutas. Nesse sentido, os movimentos socioterritoriais são caracterizados pela luta organizada em busca da conquista do território material. As atuações desses movimentos se dão principalmente em

situações e contextos socioespaciais em que há vulnerabilidade e injustiças sociais. Agentes como o Estado são claros exemplos de organizações que põem em prática empecilhos à territorialização camponesa (Feliciano, 2003).

Em suma, a atuação dos movimentos socioterritoriais camponeses objetiva o desenvolvimento de um espaço agrário que seja plural, agroecológico, com segurança e produtor de alimentos saudáveis para toda a população brasileira. Por essa razão, a reforma agrária, a partir de uma concepção popular, como política de desenvolvimento social e territorial, conforma a base das reivindicações desses movimentos. Sendo assim, suas lutas vão além da conquista da terra, compreendo as etapas posteriores e, consecutivamente, o território em uma perspectiva multidimensional e multiescalar, na qual as ações realizadas visam construir territorialidades que possibilitem aos sujeitos maiores níveis de autonomia e soberania, resultando no que definimos como territorialidades emancipadoras.

CONTEXTO POLÍTICO E AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: A PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES EMANCIPADORAS

O ano de 2024 foi marcado politicamente pelo segundo ano de mandato do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Depois de uma conjuntura hostil à participação dos movimentos no campo político, em que prevaleceu a violência institucionalizada contra camponeses, indígenas, quilombolas, mulheres, entre outros grupos sociais, a partir de 2023 inicia-se um período de esperança pela retomada das pautas essenciais de sobrevivência do campesinato no país.

A reconstrução da participação social também mostrou a disposição do Governo Federal em aumentar o diálogo com a sociedade civil nesse novo contexto, com a “recomendação fortemente presente (...) de inserir mecanismos participativos em todos os programas fundamentais do governo como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida Entidades, o Programa Cisternas do Semiárido, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros” (Martelli, Almeida e Capella, 2024, pp. 707-708).

Esse contexto possibilitou que diversos movimentos socioterritoriais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, direcionassem algumas ações para

conseguir recuperar e/ou implementar políticas públicas que reforçassem o caráter emancipatório dos seus territórios. Nas articulações conjuntas com representantes do Governos Federal, esses sujeitos produzem possibilidades de inserir suas pautas na agenda em um Estado que busca “recuperar e inovar a estrutura institucional, com vistas ao avanço da territorialização, capilaridade, coordenação interfederativa e educação popular” (Martelli, Almeida e Capella, 2024, p. 711). Entretanto, também se configura como um momento de desafios constantes diante do aumento do conservadorismo explícito no país, refletindo nas estratégias e táticas que os movimentos buscaram lançar mão para disputar a democratização da sociedade.

Os dados do DATALUTA sobre o espaço agrário sinalizam essas tensões ao mostrar que as ações voltadas à produção das territorialidades emancipadoras se materializam em muitos eventos públicos e espaços de visibilidade e diálogos políticos, em busca da permanência camponesa com modos de produção agroecológicos, defesa da educação do campo, da reforma agrária etc. O Quadro 2 sistematiza essas informações.



Quadro 02- Ações matrizes e derivadas, pautas e movimentos socioterritoriais relacionados às territorialidades emancipadoras (2024)

Ação matriz	Ações derivadas	Pautas	Movimentos socioespaciais e Movimentos socioterritoriais
Evento (50)	Encontro (27)	Agricultura familiar camponesa; Agroecologia; Defesa de direitos; Educação; Energias renováveis; Juventude; Luta pela terra; Luta feminista; Luta antirracista; LGBT; Meio ambiente; Mudanças climáticas; Políticas públicas; Preservação de sementes crioulas; Reforma agrária; Reforma agrária popular; Soberania alimentar; Tecnologias socioterritoriais	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento Camponês Popular (MCP); Quilombo dos Palmares; Movimento Classista dos Trabalhadores em Educação (MOCLATE); Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil); Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (CONTRAF); Liga dos Camponeses Pobres (LCP); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Associação Comunitária Mantenedora da Escola Família Agrícola de Sobradinho; Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG); Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santarém; Marcha Mundial de Mulheres (MMM); Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária do Ceará (CCA); Sindicato dos Trabalhadores de Cachoeira do Sul e Novo Cabrais; Marcha das Mulheres Negras do Brasil; Articulação Tocantinense de Agroecologia (ATA)
	Formação (8)		
	Jornada de lutas (8)		
	Assembleia (2)		
	Campanha (2)		
	Fórum (2)		
	Premiação (1)		

Festividades, ritos e lazer (15)	Festividades culturais (15)	Agricultura familiar camponesa; Agroecologia; Cultura; Educação; Luta pela terra; Luta feminista; Reforma agrária; Reforma agrária popular	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Marcha Mundial de Mulheres (MMM); Quilombola da Rasa; Quilombo Brejão dos Negros; Liga dos Camponeses Pobres (LCP); Associação das Famílias da Casa Familiar Rural
Arrecadação de recursos ou execução de serviços (13)	Doação de alimentos (5)	Agricultura familiar camponesa; Agroecologia; Educação; Infraestrutura; Formação; Meio ambiente; Segurança alimentar; Solidariedade; Reforma agrária; Reflorestamento/Plantio de árvores	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Comissão Pastoral da Terra (CPT)
	Reflorestamento (3)		
	Mutirão (2)		
	Assistência técnica ou extensão rural (1)		
	Criação de tecnologias sociais (1)		
	Conquista de infraestrutura (1)		
Produção (12)	Produção de alimentos saudáveis (12)	Agricultura familiar camponesa; Agroecologia; Quintais produtivos	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Associação dos Produtores Agroecológicos e Moradores das Comunidades do Imbé, Marreco e Sítios Vizinhos; Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rolim de Moura; Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil)

Comercialização (11)	Circuitos curtos de comercialização (6)	Agricultura familiar camponesa; Economia solidária; Políticas públicas; Quintais produtivos; Reforma agrária popular	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento Camponês Popular (MCP); movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Marcha das Margaridas; Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade do Riacho do Caboclo (Asparc); Cooperativa Mista de Produção Comercialização e Serviços da Terra; Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Coomafes)
	Mercado institucional (5)		
Comunicativa (10)	Entrevista concedida (3)	Agroecologia; Certificação; Luta pela água; Luta pela terra; Luta feminista; Meio ambiente; Mudanças climáticas; Reforma agrária	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs); Quilombo Tapagem; Comitê de Solidariedade à Luta pela Terra (Comsolute); Mulheres Quilombolas do Território do Sapê do Norte
	Documento de formação e informação dos movimentos (3)		
	Carta aberta (2)		
	Nota de denúncia (2)		
Encontro de mediação (8)	Reunião (8)	Defesa de direitos; Infraestrutura; Luta pela terra; Luta feminista; Mudanças climáticas	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento de Posseiros de Pinhão; Movimento dos Atingidos pela Base de Alcântara (MABE); Via Campesina; Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Associação dos Remanescentes do Quilombo de Baía Formosa

Deslocamento coletivo (5)	Marcha (4)	Luta pela terra; Luta feminista	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Liga dos Camponeses Pobres (LCP); Marcha Mundial de Mulheres (MMM)
	Passeata (1)		
Interseccionalidade institucional (3)	Projetos temáticos (2)	Agricultura familiar camponesa; Meio ambiente; Reforma agrária	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
	Ocupação de cargos públicos ou candidaturas (1)		

Fonte: Banco de Dados DATALUTA, 2024. Organização: os autores.

O Quadro 02 mostra que o MST foi o movimento socioterritorial que mais atuou em 2024, corroborando com outras análises que apresentam a mesma interpretação (Moura; Lima, 2025). Além do MST, notamos a presença de outros movimentos socioterritoriais de atuação nacional, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Liga dos Camponeses Pobres (LCP), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), mas também movimentos localizados como algumas associações, por exemplo, a Associação dos Remanescentes do Quilombo de Baía Formosa.

As ações derivadas como os Encontros, Jornadas de Luta e cursos de Formação foram as ações que mais apareceram relacionadas à emancipação das comunidades camponesas. Esses eventos contaram com debates e compartilhamento de saberes em temas que produzem reflexões sobre as realidades dos territórios, como educação do campo, luta feminista e antirracista, agroecologia, reforma agrária etc. Em diversos desses espaços, os movimentos pautaram essas temáticas, permitindo a reflexão sobre estratégias, construção e reafirmação das identidades coletivas.

Como exemplo, abordamos o 1º Seminário Estadual de Saúde Popular e Agroecologia realizado pelo MST no estado da Bahia. No evento foram discutidos a diversidade de estudos, práticas e compartilhamento de experiências sobre a relação entre a produção agroecológica e a saúde camponesa popular. O seminário teve como objetivo reunir experiências de fitoterápicos e fitocosméticos produzidos nas áreas de acampamentos e assentamentos do MST, além de potencializar a produção tradicional e refletir sobre legislação, rótulos e embalagens (MST, 2024).

As atividades relacionadas a categoria Festividades, Rito e Lazer também foram fundamentais no ano de 2024 para pautar temas que se conectam com as territorialidades emancipadoras, especialmente, as festas organizadas em torno da produção agroecológica. Trazemos o exemplo da II Festa da Colheita do Arroz Agroecológico, no Quilombo Resina, no município de Brejo de Grande, Sergipe. De acordo com uma das lideranças quilombola, o arroz cultivado no quilombo é totalmente sem produtos químicos, e toda a produção, colheita e beneficiamento é realizada no território (Faxaju, 2024). A representante ainda destaca a importância de máquinas que sejam adaptadas às realidades de cada território, que contribuem para o aumento da produção e para a segurança alimentar da comunidade. Segundo suas palavras: “antes o nosso arroz era cultivado de forma tradicional em que preparávamos o solo manualmente. E, agora, com o suporte da máquina, o

processo está mais rápido. Hoje, o nosso trabalho no cultivo do arroz é feito com mais agilidade e podemos até fazer 2 safras por ano” (Faxaju, 2024).

Entendemos que o uso de maquinários adequados aos territórios e às práticas agroecológicas, conforme abordado pela entrevistada, pode ser associado ao debate acerca das tecnologias socioterritoriais. Segundo Lima e Fernandes (2023), as tecnologias socioterritoriais são ferramentas de resistência e permanência no território, elaboradas para e pelos sujeitos, a partir de suas necessidades e práticas. Portanto, essas são ações que se relacionam diretamente à produção de formas de uso do território que objetivam maiores níveis de emancipação.

Em relação a ação matriz Arrecadação de Recursos e Execução de Serviços, as ações de solidariedade, como as doações de alimentos, apresentam um caráter emancipatório dos movimentos na medida em que possibilitam a interconexão entre espaço rural e urbano. Iniciadas, principalmente, com a pandemia da COVID-19, essas ações resgatam o sentido da luta pela terra. “Mais do que simplesmente a busca de garantir a segurança alimentar, os movimentos lutam por soberania, em que os discursos apontam para a autonomia produtiva, onde os princípios de justiça são mobilizados em diferentes registros argumentativos” (Moura e Lima, 2025, p. 03).

O reflorestamento aparece como uma ação importante dos movimentos socioterritoriais, especialmente com o debate sobre as mudanças climáticas. Em 2024, o MST atuou em diversas frentes para garantir o plantio de árvores como forma de repensar o lugar da humanidade na natureza. Como exemplo de atuação do movimento nesta agenda, destacamos as atividades de reflorestamento da araucária no Paraná, em que camponesas e camponeses ligados ao MST buscaram manter viva a espécie ancestral e gerar renda com seus frutos. De acordo com a notícia, eles seriam os guardiões de florestas, como as Matas de Araucária, buscando desenvolver a cadeia produtiva do pinhão, além de reflorestar a Mata Atlântica (Brasil de Fato, 2024).

No que se refere às ações matrizes de i) Produção; e ii) Comercialização, compreendemos que a produção de alimentos saudáveis e sua comercialização em feiras e mercados institucionais, garantem a soberania alimentar dos territórios no campo e na cidade. Em 2024, diversos movimentos nacionais e localizados trabalharam dentro da perspectiva agroecológica, especialmente nos quintais produtivos e comercializaram em feiras e através de mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esses mercados são constituídos a partir de políticas públicas de caráter emancipador e consistem em

importantes canais de comercialização para os camponeses, uma vez que possibilitam melhor planejamento da produção e comercialização, bem como, reduzir a dependência de atravessadores e incentivar outras formas de uso do território emancipadoras, como a cooperação/associação camponesa (Jorge, 2024).

As ações Comunicativas também explicitam o caráter emancipatório dos movimentos, ao promoverem debates e fortalecerem propostas que atendem as dinâmicas territoriais camponesas. Em diversas entrevistas com representantes dos movimentos socioterritoriais e em cartas abertas foi reafirmado o compromisso desses sujeitos com a justiça socioterritorial, a agroecologia e a soberania alimentar. Em entrevista ao jornal da Unisinos, uma representante do MST destacou a importância das mulheres que fazem parte do "Roçado das Marias", uma iniciativa do setor de gênero do Movimento na Zona da Mata de Pernambuco. O território é marcado por conflitos fundiários e resistência dos trabalhadores há mais de três décadas e essas mulheres vem resgatando o sentido da agricultura camponesa e da agroecologia, fortalecendo a autonomia e a geração de renda (IHU, 2024).

Os Encontros de Mediação são momentos em que os movimentos, a partir de apropriações sobre determinadas temáticas, buscam dialogar e articular com representantes estatais a fim de influenciar as políticas públicas. Trata-se de espaços de disputa que buscam a conquista de elementos e condições para a produção de territorialidades emancipadoras, tendo em vista que redefinem pensamentos, organizam ideias e garantem políticas de caráter emancipador. No debate das ideias, em 2024, os movimentos socioterritoriais realizaram oito reuniões com caráter reivindicatório, a partir das experiências e vivências cotidianas em seus territórios.

Essas reuniões tiveram como pauta principal a defesa de direitos; a luta pela terra; a luta feminista; as mudanças climáticas e o acesso a infraestruturas para produção e comercialização de alimentos agroecológicos. Destacamos uma reunião realizada em Salvador, na Bahia, entre 27 lideranças quilombolas e representantes de secretarias que desenvolvem ações e programas com os quilombolas, como a Secretaria da Promoção da Igualdade Racial, da Assistência e Desenvolvimento Social; da Justiça e Direitos Humanos; do Turismo; da Infraestrutura Hídrica e Saneamento, bem como, representantes de outras secretarias e órgãos. O encontro foi um espaço aberto à escuta das comunidades para preparação de políticas públicas que atendessem às principais necessidades dos territórios quilombolas. De acordo com um quilombola, foi uma "oportunidade de nos

organizarmos com o apoio do Governo do Estado, que tem uma escuta ativa para as nossas demandas, isso é importante. Tô feliz mesmo. Está sendo um presente!” (Governo do Estado da Bahia, 2024).

Os Deslocamentos Coletivos, como as marchas e passeatas, também potencializam o caráter emancipador da luta dos movimentos, visto que, no decorrer dos deslocamentos espaços de formação e de negociação são construídos, consistindo no que Fernandes (2008; 2009) compreende como territórios fluxos. Na Jornada das Mulheres Sem Terra, por exemplo, as participantes destacaram no decorrer da marcha não só a luta pela terra, mas as lutas pelo corpo e território. Ademais, organizaram espaços de formação sobre alimentação (incluindo mulheres da classe trabalhadora) e de diálogo com órgãos públicos, a fim de pautar a reforma agrária.

Isso indica que os deslocamentos coletivos produzem espaços, territórios e ações fundamentais para a organização, formação, discussão e fortalecimento de elementos diretamente relacionados à construção de territorialidades emancipadoras. Citando outro exemplo, no Rio Grande do Norte, ocorreu, na capital, o 3º Encontro Nacional da Marcha Mundial das Mulheres “Nalu Faria”, que teve como tema central a soberania dos corpos, territórios e bem viver. Por fim, no caso da Interseccionalidade Institucional, destacam-se ações no sentido de disputar o poder com o intuito de inserir camponeses em cargos políticos, isto é, posições de poder e decisão, permitindo que eles pautam temas que são relevantes para o desenvolvimento emancipador dos territórios camponeses, construindo, paralelamente, ações de diálogo e parceria com instituições públicas voltadas para o desenvolvimento territorial.

Ao todo, em 2024, foram realizadas 144 ações matrizes voltadas para a construção de territorialidades emancipadoras. Diferentes das ações que foram evidenciadas em pesquisas anteriores, a análise dos dados do DATALUTA, realizada nesta nota, permitiu o reconhecimento de novas estratégias por parte dos movimentos, como aquelas que visam a construção de espaços de diálogo, formação e fortalecimento de ações.

A partir dessas análises, foi possível reconhecer dois grandes grupos de ações emancipadoras. O primeiro consiste nas ações realizadas no território fixo, que produzem de maneira direta territorialidades emancipadoras, como as de arrecadação de recursos ou execução de serviços, produção e comercialização. Já o segundo grupo é formado por ações, muitas vezes, realizadas nos territórios fluxos, consistindo na construção de espaços de socialização política, como os eventos, as

festividades, ritos e lazer, as ações comunicativas, os encontros de mediação, os deslocamentos coletivos e as interseccionalidades institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os territórios camponeses existem e resistem por meio da construção de diferentes territorialidades, ou seja, relações entre os sujeitos e entre estes e o território. Tais territorialidades podem ser caracterizadas como subalternas, emancipadoras ou ambas, dependendo dos usos dos territórios. Os camponeses organizados em movimentos socioterritoriais lutam pelo acesso à terra, ou ao território de vida, trabalho e esperança, e pela permanência nos mesmos, possibilitando a reprodução social da família.

Para isso, organizam e produzem diferentes ações coletivas, que são registradas pelo DATALUTA. Esta nota surgiu da necessidade de entender de maneira mais aprofundada as ações dos movimentos socioterritoriais e sua relação com a construção de territorialidades emancipadoras. O trabalho em questão aprofunda análises realizadas por pesquisadores da Rede DATALUTA em diferentes territórios camponeses, analisando as ações de cunho emancipador que ocorreram em todo o território brasileiro no ano de 2024.

Por meio deste trabalho, concluímos que dos onze tipos de ações matrizes registradas pelo DATALUTA, nove tipos apresentaram ações emancipadoras. Destes nove tipos, muitos já haviam sido identificados em pesquisas anteriores. Porém, outros tipos, não listados anteriormente, foram analisados nesta nota. Diante disso, percebemos que as ações dos movimentos socioterritoriais contribuem com a produção de territorialidades emancipadoras de duas maneiras.

A primeira por meio de ações diretamente voltadas à produção de formas de uso emancipador dos territórios camponeses, relacionadas, por exemplo, a produção, a comercialização, entre outros. A segunda através das disputas e relações de poder desenvolvidas em outros níveis e tipos de território (fixos e fluxos) em busca da construção de condições que visam a formação e o fomento dessas territorialidades. Tal análise faz-se fundamental para a construção de uma teoria, um método e uma metodologia geográfica de pesquisa dos territórios camponeses por meio da compreensão dos usos desses territórios, ou seja, das (multi)(pluri)territorialidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL DE FATO. Araucária em pé: pinhão é fonte de renda e alimentação a comunidades do MST no Paraná. 24 jun. 2024. Disponível em:

<https://www.brasildefatopr.com.br/2024/06/24/araucaria-em-pe-pinhao-e-fonte-de-renda-e-alimentacao-a-comunidades-do-mst-no-parana>. Acesso em 20 mai 2025.

FAXAJU. Território quilombola ‘brejão dos negros’ comemora festa da colheita do arroz agroecológico em Sergipe. 29 set. 2024. Disponível em:

<https://www.faxaju.com.br/sergipe/territorio-quilombola-brejao-dos-negros-comemora-festa-da-colheita-do-arroz-agroecologico-em-sergipe/>. Acesso em 20 mai 2025.

FELICIANO, C. A. O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária. 2003.

Dissertação (Mestrado em Geografia) Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 24-34, 2005.

_____. Entrando nos territórios do Território. In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES, B. M., SOBREIRO FILHO, J. Teoria dos Movimentos Socioterritoriais e Socioespaciais. In: Sposito, E. S. & Claudino, G. S. (Orgs.). **Teorias na Geografia - mundos possíveis**. Rio de Janeiro: Consequência Editora. 2023. p. 335-363

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Em reunião com lideranças quilombolas, Jerônimo Rodrigues traça alinhamento para políticas públicas territoriais em comunidades. 13 jan. 2024.

Disponível em: <https://www.ba.gov.br/comunicacao/2024/01/noticias/em-reuniao-com-liderancas-quilombolas-jeronimo-rodrigues-traca-alinhamento-para-politicas-publicas-territoriais-em-comunidades-2>. Acesso em 21 mai. 2025.

IHU. Conheça o “Roçado das Marias”: ação do MST incentiva a autonomia das mulheres camponesas. 13 abr. 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/638376-conheca-o-rocado-das-marias-acao-do-mst-incentiva-autonomia-das-mulheres-no-campo>. Acesso em 20 mai 2025.

JORGE, A. A. A produção de territorialidades subalternas e emancipadoras em assentamentos de reforma agrária do MST no Paraná. Presidente Prudente, 2024. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Unesp.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 2007, p. 19-46.

LIMA, W. F. P.; FERNANDES, B. M. Tecnologias socioterritoriais, afinal, que tecnologias são essas? Contribuições teóricas para uma abordagem territorial das tecnologias. In: I Encontro Sul-Mineiro de Geografia e 7ª Jornada Científica da Geografia UNIFALMG, 2023, Alfenas. **Anais...** Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, p. 546 - 561.

MARTELLI, C.; ALMEIDA, C.; CAPELLA, A. C. Imagens da participação social na agenda do Governo Lula III. **Revista do Serviço Público (RSP)**, Brasília 75(4) 696–714 out/dez, 2024.

MOURA, J. T. V. de; LIMA, W. F. P. de. Ações de solidariedade em busca da justiça social e soberania alimentar: o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil (2020-2022). **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 19, n. 56, p. 345–369, 2025.

MST. MST na Bahia realiza o 1o Seminário Estadual de Saúde Popular e Agroecologia. 07 set. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/09/07/mst-na-bahia-realiza-o-1o-seminario-estadual-de-saude-popular-e-agroecologia/>. Acesso em 18 mai. 2025.

ORIGUELA, C. F. Territórios e territorialidades em disputa: subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. Presidente Prudente, 2019. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Unesp.

PLOEG, J. D. V.; SCHNEIDER, S. Autonomy as a politico-economic concept: Peasant practices and nested markets. **Journal of Agrarian Change**, v. 22, n 3, 2022, p. 529-546.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROOS, D. Contradições na construção dos territórios camponeses no centro-sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. Presidente Prudente, 2015. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Unesp.

SANSOLO, G. D, et al. Tecnologias socioterritoriais, soberania e segurança alimentar e nutricional. In: SANSOLO, G. D; ADDOR, F.; EID, F. **Tecnologia social e reforma agrária popular**. 1 ed. Editora: Cultura Acadêmica. 2021, v.1.